

# Ouvidoria

## em revista

Ministério  
da Fazenda

Informativo da Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda ano IX - nº05 - Setembro de 2012

### Fazenda determina prazo para liberação de mercadoria importada



O Ministério da Fazenda publicou em julho, no Diário Oficial, a Portaria nº 260, que estabelece o tempo máximo para que a Receita Federal finalize o processo de despacho aduaneiro de mercadorias importadas.

A portaria visa atender o disposto no Decreto nº 7.777, em vigor desde o dia 24 de julho de 2012, que determina adoção de medidas que garantam a continuidade dos serviços públicos essenciais durante greves, paralisações ou operações padrão promovidas por servidores públicos federais.

Segundo o Subsecretário de

Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, Ernani Argolo, entre 18 de junho, quando o movimento sindical iniciou a operação padrão, e 25 de julho, houve um acréscimo de 4 mil Declarações de Importação (DI) no estoque das declarações em processamento.

Na operação padrão, os fiscais realizam a conferência de 100% das mercadorias selecionadas nos canais de distribuição verde, amarelo e vermelho do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

“Na prática, o que nós vimos é que num universo de 220 mil DI registradas e liberadas entre 18 de junho e 25 de julho, nós tivemos um acréscimo de 4 mil declarações, o que equivale a menos de 2% de impacto no estoque em processamento”, explicou Argolo. A verificação desse impacto é feita com base no fluxo de comércio exterior do Siscomex.

O Subsecretário explicou ainda que a portaria do Ministério da

Fazenda permite que, caso a importadora tenha um despacho sem pendência documental ou exigência fiscal e com prazo superior a 30% do tempo médio, possa requerer ao chefe da unidade local a entrega da mercadoria antes do desembarço aduaneiro.

Conforme os dados do Siscomex, o tempo médio de despacho aduaneiro nos seis primeiros meses do ano, no País, foi de 1,64 dias, sendo que esse tempo foi de aproximadamente 8,5 dias para as importações selecionadas para os canais amarelo e vermelho de conferência, por apresentarem indícios de irregularidades.

De acordo com a portaria, o tempo para a liberação das cargas considerará a média praticada no primeiro semestre de 2012 e pode variar conforme a unidade de despacho e o canal de conferência.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – GMF (com adaptações)

### Receita Federal apresenta cartilha de Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Antigos

A cartilha “Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos” foi lançada em julho, em seminário com o mesmo nome. A Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) elaboraram o documento.

O objetivo é alertar aos contribuintes sobre o perigo de serem vítimas de armadilhas envolvendo fraudes tributárias, com especial interesse nos tributos administrados

pela Receita Federal. Além de trazer informações úteis sobre a prática e a vedação legal da utilização de títulos antigos da dívida pública para extinção de débitos tributários no âmbito federal.

Para facilitar o entendimento, a cartilha foi dividida em cinco partes. Na primeira parte a cartilha apresenta um breve histórico sobre os títulos públicos federais, em seguida a fraude tributária, depois as consequências da tentativa de utilização de práticas fraudulentas para extin-

ção de débitos junto à Fazenda Nacional. E por último, explica aos contribuintes como identificar e proceder diante de propostas que consistem na utilização de práticas irregulares para extinção de débitos junto à Fazenda Nacional, em especial envolvendo títulos da dívida pública.

[Clique aqui para ter acesso a Cartilha](#)



## Brasília vai sediar a Conferência Internacional Anticorrupção



**15TH INTERNATIONAL  
ANTI-CORRUPTION  
CONFERENCE 2012**

A Conferência Internacional Anticorrupção (IACC, na sigla em inglês) é considerada o mais importante evento dedicado ao debate e à troca de experiências referentes ao tema anticorrupção, reunindo diversos chefes de estado, representantes de governos, sociedade civil, acadêmicos, jornalistas e o setor privado para traçar estratégias comuns para o desenvolvimento de medidas de prevenção e combate à corrupção.

anos em um país diferente e geralmente participam 1500 pessoas de mais de 130 países interessadas em discutir temas relacionados à integridade, transparência, boa governança e combate à corrupção, e a estabelecer relações para o intercâmbio de informações, tanto em nível global quanto nacional e local. A última edição do IACC ocorreu em 2010 em Banquecoque, na Tailândia, representantes de 142 países estiverem presentes.

A ideia de criar a IACC surgiu por iniciativa das agências internacionais encarregadas de executar as leis anticorrupção. Embora inicialmente centrada nos problemas relacionados à aplicação das leis e no desenvolvimento de estratégias para inibir e investigar a corrupção oficial, a Conferência passou a atingir todo o

conjunto de interessados no combate à corrupção e à fraude em todo o mundo.

A primeira IACC foi realizada em Washington, DC, nos Estados Unidos, em 1983. Em suas últimas edições, a Conferência passou pela África do Sul, República Tcheca, Coreia do Sul, Guatemala, Grécia e Tailândia.

A Transparência Internacional convidou o Brasil a sediar a 15ª IACC por reconhecer a importância que o País tem atribuído ao tema da luta anticorrupção e liderança que tem exercido nesta área. O evento ocorrerá nos dias 7 a 10 de novembro, em Brasília e será realizado pela Controladoria Geral da União.

Fonte: CGU

Para conhecer o site da IACC clique [aqui](#)

## Governo prorroga redução do IPI para móveis, material de construção, linha branca e automóveis

O Ministério da Fazenda prorrogou a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a vários setores da economia. Os eletrodomésticos da chamada linha branca terão IPI reduzido até 31 de dezembro. Para os veículos, o fim do benefício, que terminaria no dia 31 de agosto, foi adiado até o dia 31 de outubro.

A renúncia fiscal, de setembro de 2012 até dezembro de 2013, será de R\$ 5,5 bilhões e o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que a prorrogação do IPI menor a esses setores fica condicionada à manutenção de empregos e repasse do benefício aos consumidores.

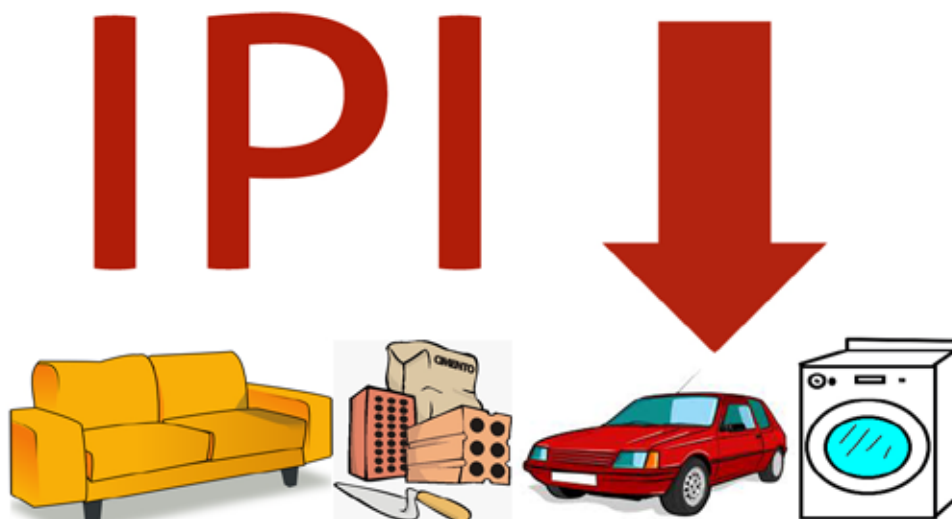
Segundo o Ministro, dados obtidos pelo governo mostram que a redução do imposto está sendo efetivamente repassada aos preços finais pagos pelos consumidores e que novas medidas de desoneração e redução de custos poderão ser tomadas, se forem avaliadas como positivas para a economia.

A medida beneficia ainda setores como fabricantes de móveis, materiais de construção e bens de capital (máquinas que fabricam as outras máquinas usadas para manufaturar produtos industrializados) – este último benefício foi estendido para o fim de 2013.

De acordo com Mantega, a prorrogação da redução de tributos e as novas desonerações visam estimular o consumo neste momento em que a

economia está se recuperando da desaceleração causada pelo agravamento da crise mundial, no início do ano. Em diversos casos, como nos do material de construção e dos móveis, os consumidores costumam planejar compras antecipadamente e o governo estendeu a desoneração para que as vendas se recuperem antes do fim do ano.

Fonte: Portal Planalto  
(com adaptações)



## Ouvidoria do Ministério da Fazenda faz 10 anos



Foto: EsAF\_Celso Landim

A Ouvidoria realizou Seminário Comemorativo nos dias 11 e 12 de junho, na Escola de Administração Fazendária – ESAF, para celebrar os seus 10 anos. Participaram da aber-

é um segmento novo e está em fase de consolidação, como a própria democracia brasileira. “Para nós, não existe ouvidoria sem democracia”, enfatizou.

absolutamente essencial para o Ministério e para existência das instituições democráticas da República”, afirmou.

Segundo o Presidente da ANOP, Jones de Oliveira Carvalho, a ouvidoria

que é a unidade que tem que tratar disso. A gente vai prosseguindo nesse caminho para melhorar esse processo e cada vez mais prestar esse serviço para os cidadãos”, disse.

O segundo dia do evento iniciou-se com a palestra “Desafios da Ouvidoria com a nova Lei de Acesso à Informação” do Ouvidor-Geral da União, José Eduardo Romão, que frisou que a lei possibilita o acesso a outros direitos considerados fundamentais, como o direito à seguridade social e a proteção do estado. “As pessoas já reconhecem o pedido de informação como procedimento disponível para garantia de outros direitos”, explicou. Romão ainda ressaltou que a lei fixa a obrigação e o processo de como deve ser a resposta para os solicitantes.

O evento também prestou homenagem aos servidores de cada estado, que receberam certificado de agradecimento. O 1º Ouvidor do Ministério da Fazenda, Diniz Oliveira Imbroisi, a servidora da Receita Federal Sônia Neves Pêgas e o Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná, Hélio Rissio Júnior receberam a placa comemorativa com o símbolo da Ouvidoria, assim como o certificado de agradecimento.



tura do evento o Secretário Executivo-Adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, o Ouvidor-Geral da União, José Eduardo Romão, o Diretor-Geral da ESAF, Alexandre Ribeiro Motta, o Presidente da Associação Nacional dos Ouvidores Públicos (ANOP), Jones de Oliveira Carvalho e o Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda (OGMF), Carlos Augusto Moreira Araujo.

O Secretário Executivo-Adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, ressaltou a importância do evento e da atuação do setor. “A atividade ouvidoria é

O Ouvidor-Geral do Ministério da Fazenda, Carlos Augusto Moreira Araujo, afirmou que o novo desafio da ouvidoria é o Serviço de Acesso à Informação (SIC). “O governo está muito imbuído nisso. Eu acho que a decisão da presidenta foi importante, no sentido de colocar o SIC para as ouvidorias. Acho



Foto: EsAF\_Celso Landim

## Governo divulga verbas indenizatórias pagas a servidores federais

O Governo Federal disponibilizou no Portal da Transparência as verbas indenizatórias recebidas pelos servidores federais civis e militares. A divulgação dos dados cumpre o cronograma estabelecido na Portaria Interministerial nº 233, de 25 de maio de 2012.

Essa primeira publicação de dados referente a verbas indenizatórias traz informações sobre os pagamentos relativos ao mês de julho, do pessoal civil, e junho, dos militares. Os dados integram a consulta de remuneração de servidores, que já está disponível no Portal da Transparência desde junho deste ano.

Os dados referem-se às parcelas indenizatórias como: auxílio natalida-

de, auxílio alimentação, bolsas de estudo, indenização de férias e aviso prévio, auxílio acidente de trabalho, salário educação, indenização de transporte, auxílio transporte, auxílio filho excepcional, auxílio creche /pré-escolar/escola, adicional natalidade, indenização de irradiação ionizante, parcela de participação da União nos planos de saúde e auxílio-fardamento (exclusivamente para militares).

**Fonte: CGU (com adaptações)**

Para consultar sobre essas verbas, o interessado deverá acessar o [Portal](#) e clicar na aba "Servidores".

## Serviço de Informação ao Cidadão - SIC



### Acesso à Informação

Para que a população usufrua o direito ao Acesso à Informação Pública, regulamentado pela Lei 12.527/2011, desde maio deste ano funciona na Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda o Serviço de Acesso à Informação (SIC). O novo setor foi criado para atender e orientar o público quanto ao acesso às informações públicas de interesse coletivo ou particular.

Qualquer pessoa pode apresentar o pedido de informação ao SIC, seja pela internet ou no protocolo de qualquer órgão do Ministério da Fazenda. Não é necessário justificar o pedido, mas para a solicitação ser atendida com rapidez é importante que o cidadão apresente de forma clara, e se possível, específica, a informação desejada.

A partir do registro no SIC, o prazo para receber o conteúdo é de até 20 dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 10 dias. Nos casos em que não for possível disponibilizar a informação, a Administração terá que justificar a negativa. O solicitante tem o

direito de entrar com recurso quando houver a recusa. Para tanto, terá o prazo de 10 dias corridos a contar da sua ciência.

Desde o dia 16 de maio até o dia 31 de agosto o SIC recebeu 840 pedidos de informação. Segundo a servidora Luciana Alves, a demanda varia, a maioria é na área fiscal, aduaneira e concursos realizados pela Escola de Administração Fazendária. O setor também acolhe pedidos de prestação de serviço, que não realiza, porém orienta o cidadão sobre o que fazer.

"O papel da Ouvidoria do Ministério da Fazenda no Serviço de Informação ao Cidadão é ser um intermediário entre o cidadão e a instituição, pois a experiência da ouvidoria permite compreender o que o requerente deseja e direcioná-lo para o setor correto", afirma Luciana. O setor recebe demanda de todo Brasil. "Atualmente o SIC é composto por três servidores, que contam com o auxílio de pontos focais em cada unidade do Ministério da Fazenda. Temos tido um grande apoio desses servidores, de forma que a média de tempo para resposta tem sido de 16 dias", conclui. Para saber mais sobre o serviço clique [aqui](#).

## EXPEDIENTE

Setembro de 2012  
Copyright © 2004 by  
Ministério da Fazenda

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Ouvidoria-Geral

Ouvidor-Geral:  
Carlos Augusto Moreira Araujo

Assessoria:  
Adriana Martins Ximenes  
Manoel Matias da Silva Rocha

Suporte:  
Elymeire Santos Correia  
Everinton Mendes da Silva  
Janaina Ferreira de Souza  
Karin Kelly Silva Santos  
Vânia Maria Leal Matos

Assistente Técnico Administrativo:  
Cintiane de Araújo Moreira

Atendente:  
Kerstin Lopes Rodrigues

Agentes de Comunicação:  
Cícero Jader da Silva Soares  
Kécia Tavares Pereira

Serviço de Atendimento ao Cidadão -SIC:  
Luciana Silva Alves  
Eleorona Klier Dantas

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
OUVIDORIA-GERAL  
SAS Quadra 6 – Bloco "O"  
7º Andar CEP 70070-917  
Brasília – Distrito Federal – Brasil  
Fones: 55-61- 3412-5728/5727  
Fax: 3412-5726  
Atendimento telefônico:  
0800 702 1111  
<http://www.fazenda.gov.br>

## OUVIDORIA EM NÚMEROS

**Devido a atualização do Sistema Ouvidor, não será publicado o relatório de atividade neste mês.**